

Cidades em Angola:

**entre o conflito de urbanidades
e a necessária mudança sde paradigma¹**



**Angela Cristina
de Branco Lima Mingas**

Universidade Lusíada de Angola

Cidades em Angola: entre o conflito de urbanidades e a necessária mudança de paradigma

Resumo

Sendo o fenómeno urbano em Angola anterior à ocupação portuguesa, interessa abrir a discussão sobre o impacto que as práticas espaciais, e socioambientais implementadas durante 4 séculos tiveram na estrutura das cidades angolanas e sobre o legado para a contemporaneidade. A finalidade deste artigo é apresentar um panorama sobre o processo de formação e desenvolvimento das cidades angolanas baseada na segregação e como a continuidade dessa fórmula tem sido a chave para a inviabilidade urbana em Angola. A metodologia aplicada tem três fases. A primeira, remete para a identificação e comparação dos elementos de organização do espaço urbano nomeadamente os musseques, bairros indígenas e bairros mistos. A segunda fase, analisa o impacto desse urbanismo na contemporaneidade e a continuidade da narrativa nas soluções aplicadas e, a última, apresenta o essencialismo do urbanismo africano como o instrumento válido para uma mudança de paradigma. Os resultados apontam para um tecido urbano que mantém a estrutura da segregação racial colonial, e se mantém numa óptica de exclusão pela condição económica. O desempenho pleno das cidades angolanas só será possível com o desenvolvimento e consequente requalificação dos 'territórios segregados' em igualdade de circunstâncias, com investimentos que garantam a acreditação desses tecidos urbanos como parte legítima da cidade.

Palavras-chave: urbanismo africano, colonização e segregação racial, musseques, bairros indígenas e bairros mistos.

Ciudades en Angola: entre el conflicto de las urbanidades y el necesario cambio de paradigma

Resumen

Dado que el fenómeno urbano en Angola es anterior a la ocupación portuguesa, es interesante abrir el debate sobre el impacto que las prácticas espaciales y socioambientales implementadas a lo largo de cuatro siglos han tenido en la estructura de las ciudades angoleñas y en el legado para la contemporaneidad. El objetivo de este trabajo es presentar una visión general del proceso de formación y desarrollo de las ciudades angoleñas basado en la segregación y cómo la continuidad de esta fórmula ha sido la clave de la inviabilidad urbana en Angola. La metodología aplicada consta de tres fases. La primera se refiere a la identificación y comparación de los elementos de organización del espacio urbano, a saber, los musseques, los barrios indígenas y los barrios mixtos. La segunda fase analiza el impacto de este urbanismo en la época contemporánea y la continuidad de la narrativa en las soluciones aplicadas. La última fase presenta el esencialismo del urbanismo africano como instrumento válido para un cambio de paradigma. Los resultados apuntan a un tejido urbano que mantiene la estructura de la segregación racial colonial, y se mantiene en una perspectiva de exclusión por condición económica. El pleno rendimiento de las ciudades angoleñas sólo será posible con el desarrollo y la consiguiente recalificación de los "territorios segregados" en igualdad de condiciones, con inversiones que garanticen la acreditación de estos tejidos urbanos como parte legítima de la ciudad.

Palabras clave: urbanismo africano, colonización y segregación racial, musseques, barrios indígenas, barrios mixtos.

Cities in Angola: between the conflict of urbanities and the necessary paradigm shift

Abstract

As the urban phenomenon in Angola precedes the Portuguese occupation, it is interesting to open the discussion about the impact that spatial and socio-environmental practices implemented over four centuries have had on the structure of Angolan cities and its contemporary legacy. The purpose of this article is to present an overview of the process of formation and development of Angolan cities based on racial segregation and how the continuity of this formula has been the key to urban unfeasibility in Angola. The applied methodology has three phases. The first refers to the identification and comparison of the elements of organization of the urban space, namely the musseques, indigenous neighborhoods and mixed neighborhoods. The second phase analyzes the impact of this urbanism today and the continuity of the colonial narrative in the applied solutions and, finally, the third presents the essentialism of African urbanism as the valid instrument for a paradigm shift. The results point to an urban fabric that maintains the structure of racial segregation, but in an optics of exclusion by economic condition. The full performance of Angolan cities will only be possible with the development and consequent requalification of 'segregated territories' under equal circumstances regarding investments that guarantee the validation of these urban fabrics as a legitimate part of the city.

Keywords: African urbanism, colonization and racial segregation, musseques, indigenous neighborhoods, mixed neighborhoods.



Introdução

Neste artigo, pretende-se descrever como as questões raciais foram determinantes para a construção do desenho das cidades angolanas. Desde o racismo institucional até a propaganda luso-tropicalista da integração racial dos tempos coloniais e como essa narrativa se mantém até hoje, como um fenómeno neo-colonial, leva à inevitável mudança de paradigma para o pleno desenvolvimento das cidades em Angola.

Na primeira parte do texto é feita uma leitura das cidades angolanas na generalidade, construindo a narrativa a partir das cidades capitais das nações do território angolano, que expõe como a invasão e conquista portuguesa utilizou as suas referências espaciais para contruir a rede do tráfico de escravos. Na sequência, abordamos a construção das cidades na perspectiva portuguesa e caracterizamos as tipologias dos bairros negros até à independência nacional. Na segunda parte, fazemos uma incursão à herança da colonialidade no caso particular de Luanda, cidade capital do país que se torna na matriz urbanística a nível nacional, bem como uma leitura de como os ex-bairros negros são atualmente tratados à luz das políticas públicas. Esta incursão é feita na perspectiva da cidade contemporânea e da herança colonial como narrativa de continuidade segregadora. Na terceira parte, uma brevíssima introdução ao estado da arte do urbanismo africano leva-nos a entender como as teorizações sobre esta matéria constituem a chave para uma intervenção crítica no território urbano angolano. Finalmente, a quarta parte traz algumas considerações, com proposta de conclusões, mas sem recomendações específicas, reforçando a necessidade de repensar a prática urbanística através do recurso a outros referenciais conceptuais e instrumentais, para que haja uma efetiva melhoria na estrutura, leitura e nas intervenções nas cidades em Angola.

Angola e as cidades angolanas

→ As cidades bantu, a invasão portuguesa e as redes urbanas do tráfico de escravos

É muito remota a origem das cidades no território africano. Entre os finais do primeiro milénio até meados do segundo milénio *AD*, cidades como Benin (capital do Reino Edo), Tombuctu (Império do Mali) ou Zimbabwe (Reino do Zimbabwe) foram algumas das mais significativas. Ao nível dessas grandes cidades africanas, no território Angolano, a cidade de Mbanza Kongo foi a única com dimensão física, política e cultural equivalente. No entanto, todas as demais Nações Bantu² e estados integrados, que faziam parte do território angolano, tinham as suas *mbanza*, *ombala* ou *mussuma*, que nas línguas kimbundo, umbundo e tchokwe, respectivamente, significavam o lugar onde vive o rei e a sua corte. Temos então um cenário urbanístico composto por cidades como Ekovongo (Ombala do Reino do Bié), Lépi (Ombala do Reino do Wambo), Ombaca (Ombala do Reino de Benguela), Kabasa (Mbanza do Ndongo), entre outras, cuja dimensão não é possível aferir, visto restarem apenas as referências de localização e, em alguns casos, existem vestígios arqueológicos da sua existência.

A invasão portuguesa e posterior colonização das nove nações do território angolano (séc. XV – XX), serviu-se desses territórios para assentar e comerciar. O método de ocupação numa primeira instância, caracterizou-se pela vizinhança com os aglomerados locais, para além dos aspectos geográficos essenciais à sua localização. Essa relação de proximidade não era necessariamente permeável. Os assentamentos eram protegidos por circunvalações, devido à natureza das suas vocações, e a relação predominante com as cidades locais era de natureza comercial, particularmente, o tráfico de escravos. O impacto social desta atividade era negativo e estes assentamentos eram vistos como uma intrusão, tal como relata a longa e secular história de conflitos. Com o evoluir do processo de ocupação, a conquista dos portugueses sobre os estados locais resultou na destruição ou marginalização das suas cidades capitais, e na maioria dos casos, pela fundação de vilas, sobre os territórios conquistados. Num universo de dezenas de exemplos, os mais expressivos seriam as cidades Ekovongo, Lépi e Ombaca cuja destruição serviria de referência espacial para a fundação colonial das vilas Silva Porto, Huambo e Benguela. A cidade de Mbanza Kongo seria um caso especial devido às relações diplomáticas entre o Império do Kongo e o Reino de Portugal, que garantiram, mesmo depois da conquista portuguesa, uma relação de

vassalagem do Kongo para Portugal, mantendo então a continuidade de uma estrutura social e urbana, sem impacto administrativo. A cidade de Luanda é também um caso particular visto que a sua fundação não decorre da sobreposição como nos casos de Ekovongo, Lépi, Mossungo e Ombaca. No entanto, a cidade foi fundada no território circunvizinho da Ilha de Luanda, onde se localizava a população dos Axilwanda e centro urbano da região de Mbamba, pertencente ao Reino do Kongo.

A ocupação do território foi um fenómeno gradual com a criação de vilas maioritariamente circunvizinhas às *Mbanzas* e *Ombalas*, de escalas diferenciadas. Esta associação de realidades urbanas representou o estágio fundacional dos territórios urbanos que, mais tarde, dariam origem às cidades angolanas.

Esta ocupação gerou uma rede urbana no território angolano³, conforme o conhecemos atualmente. Tem início no último quartel do séc. XVI, com a fundação da cidade de Luanda, vai-se estendendo durante o séc. XVII ao longo da costa, no sentido norte-sul, com especial relevância para as cidades de Benguela e Angra dos Negros, posteriormente chamada Mossâmedes. Estes novos aglomerados urbanos eram estratégicos, pois a função essencial era proteger o tráfico negreiro da concorrência que existia à época. Este eixo litorâneo estendeu-se para o interior com maior incidência para o interiores [N.E.): A versão original deste artigo foi publicada em 2007 com o título *Urban life emerges in Africa* no livro *The African s eixos transversais* que partiam de Luanda e Benguela para o interior. Os rios serviram como elemento referencial desse processo, sendo que os mais importantes núcleos urbanos evidenciavam essa relação, reproduzindo a mesma lógica ocupacional das urbes litorâneas. Temos, então, uma rede urbana que se estrutura à volta do tráfico de escravos, composta por 12 pólos⁴, tendo a cidade de Luanda no topo da hierarquia urbana do território.

Com o início do período colonial e até ao fim do primeiro quartel do séc. XX, o território definido pela Conferência de Berlim é ocupado definitivamente pelos portugueses. Aspectos centrais como o aumento do aglomerado urbano europeu, aumento de edifícios públicos, aumento das populações urbanas nativas e o seu afastamento, eram regidos pela legislação, instituições e profissionais da égide colonial. Com a chegada dos caminhos de ferro e desenvolvimento rodoviário a Angola, o interior do país é ocupado com outro ritmo. A partir do eixo litorâneo criam-se novas cidades, vilas e colonatos. A rede urbana espalha-se pelo interior do território, e amplia quinze vezes mais a sua dimensão, comparativamente ao anterior período da escravatura. Este momento histórico é fundamentado no pensamento Nortoniano⁵ de criar "um caminho de ferro de penetração que, partindo dos nossos portos estabelecesse li-

gação com o coração de África, representaria o primeiro passo para o progressivo lançamento de uma malha administrativa em territórios ainda à margem do poder sediado em Luanda (...) Depois, 'à medida que a linha avance', haveria que construir 'estradas perpendiculares', num traçado hipodâmico ou ortogonal, a fim de ligar os centros populacionais entretanto criados ou refundados" (NETO, 2013, p. 184).

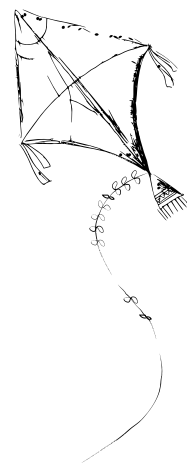
→ **Da exclusão escravocrata à integração colonial**

Ao longo do processo da invasão, conquista e colonização, Portugal estabeleceu dois tipos de relação com a população local. O negro era visto como escravo, ou como mão-de-obra em regime de servidão, sendo que, a evangelização e educação serviam também os propósitos comerciais⁶ e domésticos, assim como, numa fase tardia da colonização, para fins administrativos.


A ocupação populacional portuguesa foi sofrendo alterações. De uma ocupação militar, característica do período da escravatura, posteriormente o foco foi o de garantir que a mesma fosse feita por famílias portuguesas, para promover a implementação do 'método educativo' em relação aos negros, em substituição do 'método repressivo' utilizado durante a escravatura.

Insistindo no combate à proliferação de armas de fogo, por estas propiciarem o multiplicar de rebeliões indígenas, indicava que não há maneira de civilizar uma civilização, se não for com o recurso a famílias sadias que das nossas aldeias emigrem para Angola, pois o habitual expediente de enviar degradados continuava a resultar em maus exemplos para os naturais. Neste sentido, o aumento da população branca na província, estabelecida nas suas regiões mais salubres, ajudaria a criar centros de vida rural onde o preto aprenda a trabalhar e produzir, numa base de 'confiança mútua' e 'estima recíproca' [...] Além do mais, as restrições impostas à circulação de armas e o aumento de colonos metropolitanos abririam caminho a uma 'administração [não] excessivamente militar', como depois procurou realizar. (NETO, 2013, p. 193)

É importante também referir que o espaço social tinha categorias jurídicas associadas a raça. A constituição portuguesa de 1911 definia que "São cidadãos portugueses, para o efeito do exercício dos direitos políticos, todos aqueles que a lei civil considere como tais", sendo que o Código Civil Português de 1867, vigente na época,



enquadrava essa condição na naturalidade, filiação e matrimónio. Logo, a noção de cidadania portuguesa não era uma categoria abstracta. Pelo contrário, rotulava uma característica moral e socialmente concreta que se aplicava aos homens e mulheres brancos, nascidos em Portugal, educados e com bens, que Maria Paula Meneses ironicamente intitulou de "alma gentil da colonização" (MENESES, 2010). Na mesma medida, o ser-se indígena configurava serem "os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuem ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses" (ESTATUTO DOS INDÍGENAS PORTUGUESES DA GUINÉ, ANGOLA E MOÇAMBIQUE, 1954). Esta definição foi inalterada, desde a primeira edição do "Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique", aprovado através do Decreto nº 12.533, de 23 de Outubro de 1926 (Boletim Oficial nº 48).



No que tocava ao negro, as categorias estabeleciam sempre diferenças, ora escravo-liberto, ora indígena-assimilado. Enquanto que no binómio *escravo-liberto*, poucas diferenças sociais existiam, entre *indígena-assimilado*, a diferença social era consideravelmente expressiva. Os *indígenas* – denominação colonial de classe social predominantemente composta por *serviçais/contratados* que trabalhavam nos sectores agrícola, mineiro, construção civil e, uma pouco expressiva, classe de "operários". Eram estes que asseguravam os ofícios artesanais e a indústria, tendo em comum salários insignificantes e condições de vida insalubres. Homens e mulheres com condições semelhantes à dos escravos como conta Adelino Torres, descrito por Neto, que ao investigar os acórdãos do Tribunal da Relação de Luanda, encontrou, registos entre 1904 e 1913, de muitas dezenas de crimes de cárcere privado, ou cativo com ofensas corporais graves, e mais de 40 crimes de compra e venda de pessoas negras escravizadas (NETO, 2017).

Os *assimilados* - era o termo colonial para se referir a antigos indígenas que haviam adquirido a cidadania portuguesa, ou esta teria sido atribuída por conveniência política a descendentes da elite monárquica das nações locais. Os *assimilados*, estavam integrados na administração pública, no comércio ou na prestação de serviços, o que lhes conferia estatuto, bem como ascensão económica e social. A população branca, portuguesa ou de outra ascendência europeia, encabeçava a sociedade como a burguesia, e elite política e religiosa com ínfimas excepções.

Importa frisar que, até à extinção jurídica da segregação racial em 1961, os Censos Populacionais⁷ apontava para uma população de assimilados (negros e mestiços) entre 1% até perto de 2% em 1960. Efectivamente, os censos de 1960 mostram a chegada de mais de 172 mil brancos vindos de Portugal e mais de 50 mil nascidos em Angola. Relativamente aos mestiços e os negros assimilados totalizavam apenas 53,000 pessoas. A população considerada "civilizada" pelo regime de Salazar era inferior a 280 mil pessoas, num total de 4,8 milhões (ROCHA, 2019). Integrado n'As Reformas de 1961, Adriano Moreira revoga o Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique com o Decreto-Lei n.º 3.893, motivado pelas independências dos países africanos em 1960, bem como com a eclosão dos movimentos independentistas nacionais, conferindo uma maior facilidade de acesso à cidadania. Segundo Duarte Silva (2017) este acto foi *tão importante na história da evolução legislativa portuguesa como as leis que aboliram a escravidão e o tráfico humano* (DUARTE SILVA, 2017). Isto significa que o impacto das políticas habitacionais para a população negra era ínfima no desenho urbano consolidado. Pouco antes da independência nacional, em 1970, a população urbana africana era de pouco mais de 600.000 habitantes em toda a Angola (MARQUES DA SILVA, 2003) o que representaria cerca de 10% da população negra que estivesse recenseada.



As políticas segregacionistas de índole racial da colonização portuguesa, traduziram-se no contexto urbano, quer promovessem a exclusão e a segregação durante o período da escravatura e colonial, ou a integração durante o período colonial tardio que antecedeu a independência. Num recorte temporal a partir de meados do séc. XIX até ao final do período colonial (1850–1975), é possível identificar as tipologias que traduzem os três fenómenos sociais: a exclusão, a segregação e a integração.

(...) num primeiro espaço temos a cidade dos brancos, (objecto de processo de urbanização), num segundo espaço a cidade mista (espaço de integração racial), e em último lugar a cidade dos negros, com bairros indígenas, (também estes, por vezes, objecto de processo de urbanização), juntamente com os musseques, deixados em maior liberdade ou ao acaso (...) (FONTE. 2012, p.101)

Esta racialização da paisagem do espaço urbano, deixa claro duas atitudes no plano da gestão pública face aos territórios negros nas cidades angolanas. A primeira, declara que urbanização era um processo essencialmente para a 'cidade dos brancos' e seus espaços mistos e os territórios negros eram, 'naturalmente' excluídos das políticas

públicas de requalificação urbana. Na segunda, as categorias do espaço urbano negro, foram sempre pensadas para servirem a 'cidade dos brancos', quer como mão-de-obra doméstica ou administrativa (ínfimos casos), quer como mão-de-obra agrícola ou operária, dependendo da 'categoria social' do indivíduo negro.

Assim sendo, a cidade branca funciona como um território de ocupação pendular, por parte dos negros, que a utilizam para fins laborais e sem interferir no *modus vivendi* da urbanidade europeia e, os musseques, bairros indígenas que funcionariam como territórios de permanência. Os bairros mistos, embora possam ser considerados como territórios de permanência, não poderiam ser considerados territórios negros nas cidades angolanas coloniais, visto que a sua ocupação demográfica era na proporção de um negro para cada três brancos. Tratava-se, portanto, de uma minoria simbólica e sem representatividade num contexto predominantemente europeu/branco.



Os musseques

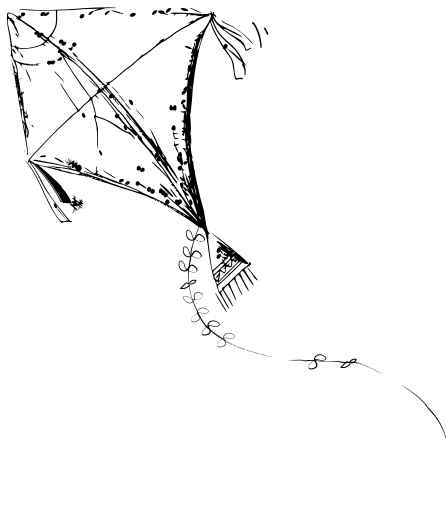
O musseque é a categoria urbana mais antiga, e surge na cidade de Luanda com a sua fundação. Segundo Ilídio do Amaral (1983), a denominação de *musseque* na época colonial, tinha propósitos predatoriamente racializados:

Quase podemos afirmar que os musseques, como bairros de miséria e transição, nasceram logo após a criação da cidade, primeiro sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas "peças" para exportação, depois como aglomerados de cubatas, nos coqueiros, no Bungo, nas ingombotas, nas Maiangas, habitadas por africanos escravos e libertos. Em finais do século passado, por volta de 1898, de uma população urbana de 28.170 habitantes, 6.676 estavam naquelas condições. À medida que a cidade foi progredindo, que ultrapassou o perímetro atrofiado e se expandiu, os musseques passaram a ser excluídos da área central, empurrados para o planalto sem obstáculos e sobre ele, deslocados por força de cada avanço da frente urbanizante. Assim, situam-se cada vez mais longe do centro urbano e são constantemente ampliados pela chegada de novos imigrantes; coalescem e formam a auréola que marca a passagem da área urbana para o hinterland pobre, onde rareiam as formas de povoamento com alguma importância. Os musseques continuam a ser e serão sempre um dos problemas mais importantes

de Luanda; constituem um bom exercício de reflexão sobre os "bairros de miséria" que rodeiam as cidades dos países subdesenvolvidos (e não só, pois também os há em países desenvolvidos) (AMARAL, 1983, p.298-299).

No entanto, esta tipologia urbana é polissémica e transtemporal no sentido em que não se restringe a um único período. Na fase tardia do período da escravatura, no séc. XIX, existiam 5 musseques nos arrabaldes da cidade 'Mosseque de Massi', 'Mosseque de Flores', 'Mosseque de Torres', 'Mosseque de Vandúnen' e 'Mosseque de Magalhães Silva'⁸. Assim, os musseques passam a ser "(...) aglomerados vedados, autênticos depósitos dos escravos a serem transportados para as Américas. Existiam para além da linha de circunvalação (fronteira da cidade) e eram referenciados pelos nomes dos seus donos" (MINGAS, 2011, p.38).

O período colonial imprime uma maior dinâmica ao desenvolvimento das cidades que vai cada vez mais afirmar o musseque como um território marginal à cidade sendo que sua dimensão populacional vai aumentando com a chegada de novos imigrantes (AMARAL, 1983). A exclusão dos musseques do foral urbano definiu, desde os primórdios, a localização periférica que esses espaços passariam a ter na cidade. Embora a sua função na cidade fosse alterada, passando de depósito de homens e mulheres escravizados, para quintas de produção agro-pecuária que abastecia a cidade de alimentos, a partir de meados do século XX, mais especificamente com o Plano de Urbanização de Luanda de 1962, do Gabinete de Urbanização de Luanda. Este plano ampliou exponencialmente o foral urbano, e os musseques passaram a ser bairros populares enclavados na cidade e, na sua maioria, passaram a ser território privilegiado da transformação urbana para integrar bairros mistos na cidade de Luanda. Recriou, assim, a deslocalização da população aí residente. À data da independência, os musseques representavam núcleos que estavam espalhados pela cidade de Luanda, constituindo uma superfície com cerca de 1500 hectares, divididos entre 20 zonas bem definidas, que compunham uma população de cerca de 300.000 pessoas (TROUFA REAL, 2010).





Os bairros indígenas

Os bairros indígenas, à semelhança dos musseques, remetem para o período da escravatura, embora para um período mais recente, o século XIX. À época, os bairros indígenas estavam localizados no foral da cidade de Luanda (SGL, 1861) e eram habitados por escravos qualificados e libertos.

Já em pleno séc. XX, os bairros indígenas passam a ser integrados nas políticas públicas.

Norton de Matos, com o seu pensamento de que o mestiçamento comprometia a obra colonizadora e civilizadora dos portugueses em África, determinou medidas que impediam o convívio intersocial e o asseguramento do afastamento entre negros e brancos (AGOSTINHO, 2017, p. 418).

Assim, o General Norton de Matos decreta a construção de bairros indígenas pelo país e determina os termos gerais para a sua construção, categorizadamente: (1) periféricos à cidade, (2) separados fisicamente, (3) malha urbana ordenada e alinhada, (4) desenho da estrutura viária amplo, (5) tipologia habitacional pré-definida, (6) população entre 5000 a 15000 e (7) obrigatoriedade de residência. Estes termos, associados às regras de permanência dos indígenas no centro da cidade, tinha como propósito reduzir o contacto entre raças, reduzindo o negro à prestação de serviços, qualquer que fosse a sua índole. A partir dessa data, o impacto do pensamento segregacionista Nortoniano influenciou sobremaneira o desenho das cidades angolanas e em algumas delas, os Planos Urbanísticos foram desenhados integrando o dualismo centro-satélite, caso de Luanda e de Huambo, ambos da década de 1940.

No caso de Luanda, o Plano de Urbanização da autoria de Etienne de Groër e D. Moreira da Silva (CML, 1942) propôs um esquema de organização do território constituído em cidades-centro e cidades-satélite, sendo as cidades-satélite destinadas para os bairros indígenas. Um dos projectos mais conhecidos para as cidades-satélite que propostas, foi desenhado pelo arquitecto Vasco Vieira da Costa, que, apresentado em 1948, traduzia as suas considerações acerca dos bairros indígenas, nos seguintes termos:

Compete, pois, ao europeu, criar no indígena necessidades de conforto e de uma vida mais elevada, impelindo-o assim ao trabalho que o levará a fixar-se, e o que facilitará a mão-de-obra mais estável. A

orientação das habitações e a localização dos bairros indígenas são os dois grandes elementos que devem reger a composição do plano da cidade colonial. [...] Assim, preferimos situar os bairros indígenas envolvendo o núcleo central, tendo todo o cuidado de localizá-los sempre a sotavento das zonas das habitações europeias, que mesmo assim serão sempre isoladas por um ecrã de verdura, suficientemente largo para que o mosquito possa transpô-lo. Como parece ser indispensável do ponto de vista higiénico e social, as populações indígenas formarão vários grupos dispersos, que como pequenos satélites abraçarão o núcleo europeu, ficando assim cada sector deste núcleo servido por um grupo indígena. Deste modo, encurtaremos a distância a percorrer entre o local de trabalho e a residência (VIEIRA DA COSTA, 1984, p. 49-50).

No caso do Huambo, o Plano Geral de Urbanização (CMNL, 1946), elaborado entre 1947-1948, esteve a cargo do então Gabinete de Urbanização Colonial, tendo como responsável o arquitecto João António Aguiar.

Este plano reflecte o modelo de cidade-jardim, muito formal no seu desenho, e vem na sequência do primeiro plano, apontar de forma inequívoca a relação (ou falta dela) entre a cidade branca e a cidade negra. Baseia-se nos princípios do urbanismo colonial preconizados por João Aguiar, assente na premissa da separação: a população negra serve a população branca logo, deve estar perto mas nunca no mesmo espaço urbano; daí resultaram os bairros indígenas nos arredores da cidade, constituindo-se como unidades autónomas denominadas Unidades Residenciais Indígenas (FONTE. 2012: 176).



A promoção dos bairros indígenas motivou, nos anos 1950, a criação de um sistema que integrava o Fundo de Bairros Indígenas, o Regulamento dos Bairros Indígenas⁹ e as Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas (integradas na administração local), entre outros entes de cariz público e privado. Este sistema, criado para resolver o problema de habitação da população negra menos favorecida, esteve longe de ser eficaz, visto que o crescimento demográfico ultrapassava a capacidade de resposta pública e levava, conseqüentemente, ao engrossamento dos musseques.

A década de 1960, trouxe imensas alterações à política colonial portuguesa com impacto no urbanismo. O início da guerra colonial ultramarina levantou a questão da segurança e controlo da população, interferindo no desenho dos projectos dos

bairros, que “Caracterizado pelo seu traçado, ruas rectilíneas que compreendiam num rectângulo imaginário, desta forma configurava-se numa área de segurança, isto é, uma área onde os moradores podiam ser facilmente controlados pelas autoridades” (AGOSTINHO, 2017, p. 424).

O sistema de promoção pública de bairros indígenas, com o fim de garantir a relativa proximidade da população negra da cidade 'branca', serviu tanto o propósito social da promoção habitacional, bem como o propósito político de controle da população negra urbana.



Os bairros mistos

Motivada pelas reformas de 1961 promovidas por Adriano Moreira, mais do que revogar o Indigenato, a promoção da integração teve impacto em todos os sectores da sociedade colonial e o urbanismo não constitui excepção. Nesse contexto, os bairros mistos são os últimos a surgir na arquitectura das cidades angolanas e, segundo Maria Manuela da Fonte (2012), seriam um “espaço de integração racial” (FONTE, 2012, p. 101). Segundo relata Fortuna (2016), as orientações vindas do então Governador Venâncio Augusto Deslandes, eram de que a ocupação deste bairros deveria ser na proporção de 1/3 de população indígena, para 2/3 de população europeia, com o intuito de promover a miscigenação necessária para 'elevar' a cultura e os costumes da população indígena (FORTUNA, 2016).

A implementação dos bairros mistos teve particular relevância nas cidades de Luanda e Lobito. Segundo Fonte (2012), os casos mais emblemáticos no país foram: o bairro do Prenda (projectado para 5.500 habitantes) e o bairro do Alto Liro (projectado para 7.500 fogos/residências) em Luanda e Lobito, respectivamente (FONTE, 2012). Estes projectos seriam liderados por dois dos arquitectos mais emblemáticos dos serviços municipais de urbanização em Angola: Fernão Lopes Simões de Carvalho do Gabinete de Urbanização de Luanda (GUL)¹⁰ e, Francisco Castro Rodrigues, então Director dos Serviços de Urbanização e Arquitectura na Câmara Municipal do Lobito. O primeiro foi responsável pela criação das unidades de vizinhança em Luanda, em particular do bairro Prenda (1963-1965) que tratou da miscigenação entre brancos e negros assimilados, através de edifícios separados e de lotes para auto-construção (que nunca se concretizou). O segundo, foi responsável pela criação do bairro municipal de auto-construção do Alto do Liro (1970-1973) dirigido para população de baixa

renda, sem distinção racial. Um aspecto interessante ocorreu no bairro do Alto Liro, cuja reforma integrou negros e brancos, mas com a ressalva de que estes últimos teriam que ser os mais pobres da sociedade branca.

Os bairros mistos, em particular as unidades de vizinhança previstas no Plano Urbanístico do GUL, não foram concluídos. A situação da guerra anti-colonial e anti-fascista (1961 a 1975) não permitiu levar adiante os planos de alteração do sistema sócio-político, por representar mais uma adaptação a novas circunstâncias, do que, propriamente, a uma mudança de atitude perante um sistema obsoleto e que se limitava a incluir somente 1% da população negra, que era extremamente carente de melhoria das suas condições de vida.



A cidade contemporânea e a herança como narrativa de continuidade



O legado urbanístico da colonialidade: o caso de Luanda

A cidade de Luanda é o modelo matricial da construção de uma cidade segregada racialmente. A evolução urbanística é feita ao longo do recorte temporal de 1576 - 1975, período da fundação colonial da cidade até à independência nacional. O processo ocorre de forma díspar entre o território dos brancos, denominado 'centro' e os territórios dos negros, denominado 'periferia', sendo o primeiro representante do centro dos investimentos públicos e desenvolvimento tecnológico e, o outro excluído e fisicamente marginalizado.

O centro da cidade passou por três transformações urbanísticas essenciais: a criação do próprio centro da cidade à luz das premissas do urbanismo tardo-medieval, com a consolidação da cidade alta, como lugar eclesiástico e governamental e, da cidade baixa, como lugar burguês e comercial. A segunda fase ocorreu com a Reforma Pombalina, implementada pelo Governador Sousa Coutinho, em que a influência iluminista e barroca se traduziram num forte investimento no zoneamento e regularização fundiária, associada ao saneamento básico que melhorou substancialmente a qualidade de vida dos cidadãos. Por último, ocorreram dois processos de transformação, já com a constituição da colónia: o primeiro, no final do séc. XIX. O urbanismo de cariz colonial começa ainda neste período de afirmação territorial,



já que, pela primeira vez, a cidade de Luanda precisou conectar-se com o mundo. O ponto de partida desse movimento foi dado com várias acções que visavam a ligação da cidade com o exterior, tais como: a construção do 1º Caminho de Ferro de Angola, através da linha Luanda-Malanje (1886/1909); o lançamento do Cabo Submarino para instalação de telefone e telégrafos (1886); e a inauguração do primeiro troço do Caminho de Ferro de Luanda até a Funda (1888). A cidade melhorou bastante, particularmente em duas questões fundamentais: o fornecimento de água à cidade, com o sistema de captação de águas superficiais do Rio Bengo em 1889 e, a projecção da iluminação eléctrica para a cidade em 1890. No entanto, a cidade manteve a mesma estrutura tradicional herdada da época iluminista, até à virada do século, com palácios e sobrados, musseques com as suas casas tradicionais, praças ajardinadas e praias em torno da baía. Este foi o momento da consolidação territorial, que se fez com a extinção do tráfico de escravos, a "limpeza da cidade"¹¹ na erradicação de bairros e urbanização. Em 1864, ocorreu o primeiro processo de higienização conhecido na história da cidade de Luanda.

Quando uma epidemia de varíola e a necessidade de urbanizar uma parte da cidade baixa marcaram o fim do bairro indígena dos Coqueiros, o mais populoso, com as suas 227 kubatas espalhadas em volta de sobrados e palácios (...). A maior parte dessa gente foi transferida para o Maculusso, a outra foi engrossar o bairro das Ingombotas, na vertente suave do planalto (AMARAL, 1962, p. 59).

O segundo processo, que decorre a partir do 1º quartel do século XX, seria o da expansão territorial com o objectivo de construir uma capital colonial que fosse capaz de interagir com a metrópole, Lisboa, de forma solidária.

As transformações na periferia da cidade, foram a degradação e a insalubridade. Na fase de criação da cidade, a periferia era onde estavam localizados os musseques que serviam como depósitos dos homens, mulheres e crianças que seriam vendidos como escravos no Pelourinho da Cidade. No período da Reforma Pombalina, acontece a cisão entre brancos e negros no espaço urbano da cidade baixa. O zoneamento é desenhado somente para a população branca. Por sua vez, os bairros indígenas surgem, neste período, como os lugares marginais do zoneamento onde residiam predominantemente os negros e mestiços que fossem libertos, cuja configuração e dimensionamento contrastava com plano reticulado. Os libertos eram antigos homens escravizados a quem o dono concedia a liberdade, por emancipação ou por manu-

missão. Na Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1838, o terceiro texto constitucional português, se introduz o termo "liberto" atribuindo ao indivíduo alguns direitos civis. No entanto, estavam vetados quaisquer direitos políticos.¹² Relativamente ao estatuto jurídico dos libertos, segundo Seixas (2015) apesar de Portugal ter abolido a escravidão em 1869, só em 1875 foi extinta essa condição nos territórios sobre a administração portuguesa (SEIXAS. 2015).

A colonização, a partir do final do séc. XIX, e a explosão demográfica europeia que a acompanha, acentua a cisão entre centro e periferia, na primeira fase. O urbanismo colonial, influenciado pela teoria da Cidade Jardim de Ebenezer Howard, empurra os bairros indígenas para além da cintura-verde. Por sua vez, os musseques, que com a ampliação do foral da cidade ficaram como enclaves dentro da cidade, passaram a ser territórios para requalificação e promoção imobiliária ou transformação em espaços verdes, seguindo a recomendação da Carta de Atenas de Corbusier. Essa situação conduziu a demolições e à deslocalização dos moradores para os bairros indígenas ou para os arrabaldes da cidade, engrossando os musseques nelas existentes. Numa segunda fase, já tardia, o Gabinete de Urbanização de Luanda – GUL joga um papel fundamental com introdução das Unidades de Vizinhança desenhados com o propósito de integrar a população negra no centro da cidade considerando o facto do seu fundador e diretor, o arquitecto Fernão Lopes Simões de Carvalho ter implementado a sua visão modernista que, entre outros aspectos, propunha eliminar do desenho da cidade o princípio segregacionista das cidades-satélite. Ainda na óptica de contrariar a composição racista da cidade, propõe também criar "equipamentos colectivos partilhados" e "unidades de vizinhança para 5.000 a 10.000 habitantes, consoante as características sociais e étnicas da população a acomodar" (VIEGAS, 2015, p.64) em oposição aos princípios dos bairros indígenas. Assim, o Plano Director de Luanda de 1962 (CML, 1962), desenvolvido pelo GUL entre 1962 e 1966, demonstra essa intenção traduzida na proposta da criação de onze unidades de vizinhança integradas no foral da cidade. Inspiradas no modelo modernista da Carta de Atenas, essas Unidades de Vizinhança pretendiam apresentar ao mundo um novo modelo de integração entre negros e brancos.

Com estas transformações, a cidade de Luanda sedimenta as suas características até ao final do período colonial. Um tecido desenhado na relação centro-periferia deixando como herança no traçado da cidade uma estrutura de intenção metropolitana claramente marcada pela ideia de cidade-jardim, tendo como pólo centralizador a Cidade Histórica e a expansão em estrutura anelar até a transição com novas urbani-



dades, tais como a Vila de Cacuaco (pólo industrial) e a Vila de Viana (pólo agrícola). Para lá da cintura verde da cidade, estariam concentrados os musseques, proposta decorrente da interpretação colonial da Carta de Atenas.

Os bairros negros como problema e não como desafio

Com o início do período republicano, marcado pela Independência Nacional e pela Guerra Civil, Luanda passa a ser a capital de um país independente e sede do governo.

Logo após a independência um período de estagnação ao crescimento da cidade contrário à explosão da área suburbana da capital que cresceu para mais do triplo da dimensão da cidade desde 1975 (ano da independência) até aos dias de hoje fazendo passar a população da cidade de Luanda de 880.000 habitantes (último censo de 1974, Estudos para o Plano Director da Cidade) para aproximadamente 2.000.000 habitantes no ano de 1990 (MINGAS, 2011, p. 47).

A cidade densifica-se, a partir dos musseques, num fenómeno de urbanização sem precedentes. Não obstante a falta de investimento em políticas públicas que alterassem a leitura da cidade, a estrutura da república não só herda um território consolidado, como também utiliza as abordagens ao território anteriores, perpetuando a segregação centro-periferia (com forte pendor racial, centro branco – periferia negra), para uma versão ricos-pobres.

Devido a estrutura colonizadora, emergiu um sistema dicotomizador, e com ele se desenvolveram um grande número de oposições paradigmáticas atuais: tradicional versus moderno; oral versus escrito e impresso; comunidades agrárias e costumeiras versus civilização urbana e industrializada; economias de subsistência versus economias altamente produtivas. Na África é geralmente dada muita atenção à evolução implícita e prometida pela passagem dos paradigmas anteriores para os recentes (MUDIMBE, 1980, p.17, tradução dos editores).

O musseque, enquanto paisagem, é predominante na cidade de Luanda representando os seus 42.786,83 hectares, cerca de 65% do território do espaço urbano. Esta dimensão, é também populacional visto que compreende 5.043.438 cidadãos

residentes, cerca de 77% da população urbana total de 6.517.858 habitantes no total. A realidade dos musseques é vista, a nível político-económico, como um "cancro social", tendo sido, inclusivamente, anunciada a sua eliminação a partir de órgãos governamentais.¹³

Esta abordagem política em relação aos musseques vem também expressa no Plano Director Geral de Luanda – PDGL¹⁴ a partir dos Termos de Referência para a sua elaboração. Por outro lado, o PDGL identifica os musseques estruturados como os que correspondem, na sua maioria, aos antigos bairros construídos para indígenas e assimilados das políticas coloniais portuguesas. Aqueles que são classificados como "não-regeneráveis" - os musseques identificados no Plano de Urbanização de Luanda de 1974, bem como, os novos aglomerados urbanos de igual matriz que surgiram no período pós independência. A classificação "não-regeneráveis" refere-se hoje a territórios a serem reconvertidos e a integrar no tecido da cidade a partir de investimentos privados. Os mais expressivos exemplos desse tipo de abordagem são o Plano Director do Município do Cazenga e dos Distritos Urbanos do Sambizanga e Rangel - PDGCSR.

No âmbito das Políticas Públicas Habitacionais, a questão dos musseques foi um dos aspectos mais debatidos e questionáveis no processo. Em 2009, o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), socialmente conhecido como o programa "Um Milhão de Casas". Foi o maior marco social da história recente do país com o objectivo principal de assegurar o acesso à habitação segura, adequada e a preço acessível. Embora um dos desafios do programa fosse melhorar as condições de habitabilidade nos bairros ilegais, onde cerca de 80% da população urbana vive (GAMEIRO, 2015), o facto é que os fundamentos da regeneração urbana mantêm-se inalterados. Segundo Gameiro, os maiores desafios a ser resolvidos são (a) regularizar a migração e o desenvolvimento do sistema urbano nacional; (b) melhorar as condições de habitabilidade nos bairros ilegais; (c) dinamizar a participação concorrencial das empresas nacionais nos sectores da construção civil; (d) dinamizar a participação do sector bancário e instituições financeiras nacionais na promoção da habitação social; e (e) institucionalizar o Sistema Financeiro e Fiscal Nacional (IBIDEM, 2015). Concluimos, portanto, que estas políticas públicas, só podem ter como premissa o afastamento da população dos bairros insalubres onde moram e até mesmo sem casa própria, para lá dos limites da cidade.

O PNUH começa por lidar com os musseques como áreas de reconversão, equivalentes a uma enfermidade urbana que tinha que ser erradicada, politicamente associada a uma condição *sine qua non* para aquisição de habitação condigna. A ideia de



erradicação dos musseques surgido na sequência da criação do PNUH fundamentou um processo de "higienização da cidade" com a demolição de territórios urbanos e deslocalização de cidadãos para a periferia da cidade. Essas periferias, constituiriam os territórios das reservas fundiárias onde seriam construídos os projectos habitacionais promovidos pelo sector público.

É impossível não identificar a semelhança, nos procedimentos, entre as políticas públicas coloniais e as angolanas republicanas. Persiste a continuidade do pensamento centro-periferia, bem como a incapacidade para resolver o desafio musseque não se alterou, e a urbanidade eurocêntrica, como referencial de qualidade único e universal, é continuada na narrativa política e social de Angola.



A mudança de paradigma com o urbanismo africano

A ideia da eliminação dos musseques e conseqüentemente o impacto que tal acção terá na identidade da cidade de Luanda, motivou o início de estudos específicos sobre estes territórios, de forma a encontrar uma solução alternativa para a sua continuidade no tecido urbano. O Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA) da Universidade Lusíada de Angola lançou o projecto de investigação denominado *Musseques*, com os seguintes objectivos: (a) estudo do Espaço-Musseque na História da Cidade de Luanda; (b) criação de uma base de dados de actualização permanente que permita a sua utilização como ferramenta de análise e diagnóstico do desenvolvimento sustentável da cidade de Luanda no contexto geral das Cidades em Angola; (c) compreender o musseque de forma multidimensional, de maneira a que a intervenção no seu espaço não signifique anular a sua identidade; (d) respeitar a diferença morfológica do musseque como um factor de diversidade urbana, e não como um elemento estranho a alienar ou abolir; (e) identificar características arquitectónicas e urbanísticas imprescindíveis à identidade do musseque; e (f) contribuir para a reversão do preconceito associado ao termo *musseque* (CEICA, 2012).

O processo de construção dessa solução lançou-nos, no CEICA, numa busca pelo pensamento sobre a cidade, a partir dos seus elementos constituintes, com fundamentos africanos, em síntese, o urbanismo africano¹⁵. Diversas teorizações sobre as cidades africanas indicam que o seu essencialismo reside em quatro aspectos: a crise, o colonialismo, a informalidade e a negritude (ERNSTSON, LAWHON DUMINY, 2014).

Segundo Ernston et al. (2013), a crise instala-se através da violência, da informalidade, da pobreza, da mobilidade, da infra-estrutura, entre outros que não garantam a segurança. Um segundo aspecto, está directamente relacionado com o primeiro: é que esse caos é consequência do colonialismo. Em terceiro lugar, o impacto que a "informalidade" tem na formação da cidade africana e no desenvolvimento espacial urbano. Por último, os autores apontam a questão de raça, etnia e cultura continuarem a ser uma influência sub-teorizada, mas extremamente importante, visto que, a construção das cidades africanas é um processo colonial que assentava na exclusão dos negros e mestiços da cidade. Interessa-nos abordar o aspecto da informalidade por ser o que está relacionado com os musseques embora não existam fronteiras rígidas entre eles.

Dois olhares sobre a informalidade em África, sintetizam a importância do urbanismo africano. Edgar Pieterse (2011) no seu ensaio intitulado "Rethinking African urbanism from the slum", considera os bairros pobres irregulares num dos principais dinamizadores do urbanismo africano, corroborando a nossa teoria relativamente aos musseques.

A minha tese central é que o futuro do urbanismo africano será moldado pelas lógicas de perspectivas e recursos oficiais que impulsionam investimentos económicos em infra-estrutura em larga escala e geralmente reproduzem as desigualdades predominantes que marcam nossas cidades. Nossas cidades também serão moldadas pelas acções rotineiras das maiorias urbanas que continuam a ser excluídas e ignoradas nos registos analíticos e de risco de actores poderosos. No entanto, à medida que o século se desenrola, e novos tipos de movimentos sociais refinam suas tecnologias sociais, combinados com os benefícios das tecnologias digitais baratas mediadas pela telefonia móvel, promulgam e articulam suas visões espaciais para seus assentamentos - a cidade real - veremos emergir urbanismos incrivelmente dinâmicos, contestados e surpreendentes. Não tenho dúvidas de que a rua, a favela, o depósito de lixo, a praça de táxis, a mesquita e a igreja se tornarão os catalisadores de um urbanismo africano imprevisto. Portanto, vamos prestar atenção em nossa busca para entender melhor os determinantes e factores de bem-estar no coração da cidade - a favela. (PIETERSE, 2011, p. 5, tradução livre da autora)



Já Pierre Vennetier (1991), num olhar sobre a população que habita os musseques, escreve no seu livro "Les villes d'Afrique tropicale", o seu relato:

[...] os novos urbanizados não rompem inteiramente nem com as suas aldeias nem com o seu modo de vida e chegam mesmo a conservar esse modo de vida no novo quadro da sua existência; situação transitória para alguns mas para outros é uma resposta adaptada às suas dificuldades de inserção ou de existência, uma espécie de protecção mínima contra a incerteza do amanhã (VENNETIER, 1991, p. 228, tradução livre da autora).

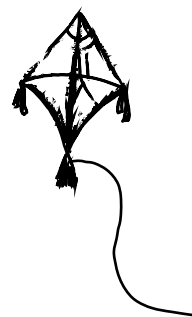
Esta interpretação ajuda-nos a compreender o porquê das cidades africanas terem uma paisagem urbana tão díspar das cidades europeias. Os aspectos sociais jogam um papel fundamental na construção do espaço vivido. Os hábitos e costumes dos cidadãos africanos, na sua grande maioria, contrasta com a urbanidade ocidental. Mas estas significações não são exclusivas das cidades africanas. Paul Goodwin (2007), no seu trabalho "A Manifesto for Black Urbanism" é bastante claro na leitura que faz sobre a importância da realidade negra nas cidades contemporâneas do mundo ocidental, introduzindo o problema da negritude no centro da teorização (GOODWIN, 2011). Embora seja um olhar da diáspora, o importante é o foco na ideia da negritude, conceito esse que vem evoluindo para além da raça, no contexto do mundo ocidental. Profundamente influenciado pela diáspora africana em Londres, Goodwin, fundou o Office for Metropolitan Alternatives (Office/MA) que nasce para investigar como a estética da cultura da diáspora negra inspira e influencia a forma de se criar arquitectura, argumenta que o urbanismo negro é uma ferramenta de diagnóstico para a compreensão do urbanismo no séc. XXI (GOODWIN, 2011).

O urbanismo negro, historicamente, surge de espaços de luta política, de lugares de luta ou resistência conectados a questões socio-económicas. A visibilidade da negritude nas cidades europeias é uma das invocações de Goodwin, sendo que a referência mais expressiva dessa visibilidade seria a criação da Associação *Droit au Logement - DAL*¹⁶ em França, que leva à rua o problema da pobreza das comunidades negras, quando famílias de desalojados se sitiaram durante quatro meses no parque da Praça da Reunião em Paris, até garantirem os seus direitos sociais, com o apoio de moradores, associações, sindicatos e partidos políticos. Esta exclusão social que afecta as comunidades negras nas cidades ocidentais tem o seu paralelo nas cidades africanas, mas como herança. Não são os negros que são excluídos, mas sim os mais vulneráveis economicamente, o que se mistura com imigração, periferização, entre

outros fenómenos urbanos recorrentes nos processos de modernização das cidades africanas, como exemplo, Luanda.


Num olhar aparentemente descontextualizado do essencialismo do urbanismo africano, o factor operacional entre a teoria e a prática remete para a formação e a práxis do arquitecto e urbanista como actores do território. No contexto académico, temos a questão curricular da formação dos arquitectos nas escolas de arquitectura e urbanismo africanas. Segundo Vanessa Watson e Babatunde Agbola (2014), é necessária uma mudança de paradigma pois, por exemplo num universo de 49 Escolas de Urbanismo na Nigéria, supostamente suficiente para produzir mudanças no espaço urbano nigeriano, os seus produtos não afectaram de forma efectiva ou positiva a morfologia das cidades nigerianas e tal facto pode ser atribuído a três factores: ou os curriculos das escolas de urbanismo são falhos; ou os produtos dessas escolas não conseguem colocar em prática o que aprendem; ou ambos. Na visão de Watson e Agbola (2014), é um currículo pedagógico problemático que alimenta a prática profissional equivocada que busca produzir cidades euro-americanas no continente africano (AGBOLA; WATSON, 2014).

Assim, assumir com seriedade o processo de transformação das cidades africanas, implica não só repensar a urbanização e o seu essencialismo mas sobretudo criticar o modo como as cidades africanas foram produzidas e atuar com ferramentas capazes de desenvolver o território enquanto preservam as suas narrativas socio-culturais e reverter o discurso da cidade africana como 'falhada', 'sem esperança', 'precisando de ajuda' ou como cidades que simplesmente 'não funcionam' (ERNSTSON; LAWHON; DUMINY, 2014).



Os musseques na perspectiva do urbanismo africano

Dada a complexidade dos musseques e a dificuldade em se encontrar tipos formais e conceitos para sua análises, recorreremos a diferentes referências nacionais e internacionais para compreender os seus elementos fundamentais. Enquanto que o autor José Manuel Ressano Garcia Lamas (2011) é pragmático na sua análise referindo que a forma urbana consiste no modo de organização dos elementos morfológicos que definem o espaço urbano (LAMAS, 2011), C. A. Marques (s/d) vai buscar fundamentos ao urbanismo africano pré-colonial para afirmar que recuperar os conceitos urbanos pré-coloniais é



vital para superar a visão de cidade ocidental, fundada no pensamento da acumulação de capital e especialização de funções, onde a dimensão cultural do espaço urbano é desconsiderada como instrumento do planeamento urbano (MARQUES, s/d).



Considerações finais

Este tema, o das cidades africanas, está no topo da tendência dos debates em torno da urbanização do continente e tem acontecido em múltiplos campos disciplinares. O urbanismo africano surge da constatação de que as abordagens urbanísticas aos territórios das cidades africanas têm falhado porque assentam em princípios eurocêntricos, cuja acção redundante na repetição de princípios coloniais de marginalização, exclusão e eliminação.

No caso angolano, similar à maioria da realidade urbana africana, o fenómeno de urbanização, anterior à urbanização de génese europeia, é marginalizado e periferizado em função do crescimento da cultura dominante, a portuguesa. A essência das cidades angolanas, desvaneceu-se restando como lugares de memória, plenos de significados. Assim, restam como formas de ocupação e apropriação do espaço urbano, que remetem para uma representação cosmológica do mundo que se transfere de geração em geração com maior representatividade para os museques.

O crescimento racialmente segregado das cidades angolanas, afetou cerca de 98% da população negra, analfabeta e pobre enquanto a minoria branca usufruía dos benefícios que a urbanização garantia. A urbanização de génese europeia assume o centro urbano como um elemento polarizador, criando dois campos de gravitação sobre ele. Um interno, de acesso aos cidadãos brancos, e um externo, de concentração dos negros, permitindo alguma permeabilidade entre estes dois campos, mas com fronteiras visíveis ou invisíveis, tensas e controladas ao máximo. Entretanto, este modelo comprovou ser incapaz de reagir ao crescimento urbano acelerado. Dessa forma, o sistema da segregação agigantou-se e as tentativas de o tentar subverter foram infrutíferas, uma vez que não conseguiram afectar sequer 2% da população negra até ao final do período colonial em 1975.

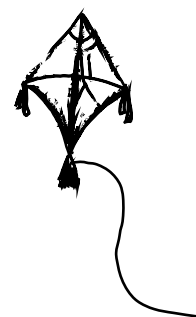
A mudança social trazida pela independência nacional não alterou a paisagem urbana. A fronteira nunca se desvaneceu. O advento da liberdade, transferiu a responsabilidade de resolver a crise urbana nacional sem nenhum modelo de intervenção. A consequência foi a reprodução de métodos e pensamentos segregacionistas que

acentuaram mais ainda o problema e, ao longo do tempo, a cidade perde sua capacidade de funcionar na plenitude.

As circunstâncias de hoje levam-nos a considerar que o desafio da desigualdade social urbana, que se agiganta sem fim previsível, passa por uma mudança de paradigma assente na realidade africana - o urbanismo africano. O essencialismo do urbanismo africano, assente na crise, no colonialismo, na informalidade e na negritude, abriu caminho para múltiplas teorizações e metodologias, capazes de alterar a intervenção dos actores na cidade. No entanto, é de considerar como incontornável a formação desses actores e a superação do preconceito em relação aos territórios negros da cidade.

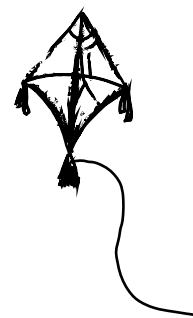
A periferização dos negros para áreas insalubres ou perigosas dominou desde então as operações urbanísticas e ficou de tal maneira enraizado que até aos dias de hoje, ainda não se conseguiu encontrar um formato de inclusão destas duas realidades. A única resposta que se professa sempre com algum temor é o progressivo afastamento destes núcleos ao invés da sua inclusão através de processos de requalificação urbana.

A construção de uma cidade africana passa por resolver os contrastes, não eliminá-los. Como a história do continente, no que toca aos seus processos de urbanização não começou com a escravatura e nem terminou com o fim do colonialismo, acreditamos que a solução passe por assumir essa herança de contrastes como um definidor da identidade espacial do espaço, que afinal é vivenciado quotidianamente pelos africanos. Os bairros negros funcionam na cidade como parte da sua cultura plenos de sentido simbólico inscrito na paisagem. São espaços onde se fixou e cristalizou a memória de uma sociedade, de uma nação, locais onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e de pertencimento.



Referências

- AGBOLA, B.; WATSON, V. Por que as cidades africanas precisam de um planejamento específico? **Archdaily**, 23 abr. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/601255/por-que-as-cidades-africanas-precisam-de-um-planejamento-especifico>. Arquivo consultado em 4 mai. 2022.
- AGOSTINHO, Y. Luanda cidade colonial: A construção de bairros indígenas, 1922 - 1962. "Fomento ou Controlo"? In: II Congresso Histórico Internacional - As cidades na história Sociedade, 10, 2017. **Actas**. Guimarães: Universidade do Minho, 2017.
- AMADO, M. P. **Planeamento Urbano Sustentável**, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/468787/Planeamento_urbano_sustent%C3%A1vel_in_portugues e Acesso em: 6 de agosto de 2019
- AMARAL, I. Luanda e os seus "Musseques". Problemas de Geografia Urbana. **Finisterra**, vol. XVIII, n. 36, p. 293-325, 1983.
- AMARAL, I. **Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- AMARAL, I. Luanda. **Estudo de Geografia Urbana. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar**, Col. Memórias, 53, 152 p., LXXVII folhas de estampas + 4 mapas. (Prémios Almirante Gago Coutinho, da Sociedade de Geografia de Lisboa, e da Câmara Municipal de Luanda). 1968
- ANGOLA. Presidência da República. **Decreto Presidencial n.º 298/19. Aprova o Plano Director da Província de Luanda, também denominado Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML)**. Luanda. 11 de Outubro de 2019. Diário da República n.º 133, Iª Série. Disponível em: <https://www.lexlink.eu/legislacao/geral/14793/ia-serie/por-ti-pode-documentolegal/2019/133>. Acesso em: 2 junho de 2021
- ANTUNES, M. de A. Recenseamento Geral Da População E Da Habitação em Angola. **Centro de Pesquisa e Estudos Sociais**, Universidade Lusófona, jun. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/7246370/RECENSEAMENTO_GERAL_DA_POPULAC%C3%A7%C3%A3O_EM_ANGOLA. Arquivo consultado em 4 mai. 2022.
- CML. Plano de Urbanização de Luanda de 1962. Autores: Fernão Lopes Simões de Carvalho. Gabinete de Urbanização de Luanda. **Urbanismos de Influência Portuguesa e União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa**. Disponível em: https://issuu.com/uccla/docs/urbanismos_catalago_online/s/11149997. Arquivo consultado em 4 mai. 2022.
- CML. **Plano de Urbanização de Luanda de 1942**. Autores: Etienne de Groër e D. Moreira da Silva. Disponível em: <https://docplayer.com.br/docs-images/57/40948184/images/66-0.png>. Arquivo consultado em 4 mai. 2022.
- CMNL. Plano Geral de Urbanização de Nova Lisboa de 1946. Autor: João António Aguiar. **Urbanismos de Influência Portuguesa e União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa**.
- CARVALHO, F. L. S. de. **Exclusivo com Fernão de Carvalho, o arquitecto que projectou o Gabinete de Urbanização de Angola, anos 60**. [26 de julho de 2011]. Luanda: Semanário Angolense. Entrevista concedida a Carlos. Fortuna. Disponível em: https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=8280:exclusivo-8&lang=pt. Acesso em: 5 de janeiro de 2021
- CEICA. CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA. **Projecto de Investigação Musseques. 2012**. Disponível no Arquivo Documental do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola.
- COSTA, V. V. da. **Luanda: plano para a cidade satélite n.º 3 : concurso para obtenção do diploma de arquitecto (1948)**. Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto, Porto e Depar
- DUARTE SILVA, A. **Adriano Moreira e as reformas de 1961**. Malomil. Fev. 2017. Disponível em: <http://malomil.blogspot.com/2017/02/adriano-moreira-e-as-reformas-de-1961.html>. Arquivo consultado em 4 mai. 2022.
- ERNSTSON H.; LAWHON, M.; DUMINY, J. Conceptual Vectors of African Urbanism: 'Engaged Theory-Making' and 'Platforms of Engagement'. **Journal Regional Studies**, vol. 48, n. 9, p. 1563-1577, 2014.



FERNANDES, J. M. *Arquitectura e Urbanismo nas ilhas atlânticas*. Um Património comum dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira. **História das ilhas atlânticas**. Funchal: Centro de Estudos de História e do Atlântico, vol. II, p. 45-82, 1997.

FERNANDES, J. M., FREUDENTHAL, A., JANEIRO, M. de L. **Angola no século XIX: Cidades, Território e Arquitectura**. Lisboa: BFA - Fundação Portugal África. 2006

FERREIRA, J. **Vamos eliminar os musseques**. [6 de Abril de 2010]. Luanda: Jornal de Angola. Entrevista concedida a Jornal de Angola. Disponível em: http://angonoticias.com/full_headlines.php?id=27162. Acesso em: 5 de Fevereiro de 2019

FONTE, M. M. da, **Urbanismo e arquitetura em Angola, de Norton de Matos à revolução**. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2012.

FORTUNA, C. Exclusivo com Fernão de Carvalho, o arquitecto que projectou o Gabinete de Urbanização de Angola, anos 60. **Semanário Angolense**, jul. 2011. FREUDENTHAL, A., FERNANDES, J. M., JANEIRO, M. de L. **Angola no século XIX: Cidades, Território e Arquitectura**. Lisboa: Livraria Castro e Silva, 2013.

GABINETE TÉCNICO DE RECONVERSÃO URBANA DO CAZENGA (GTRUC). **Aprovado o Plano Director Geral Cazenga Sambizanga Rangel (PDGCSR)**. Luanda, 22 de Agosto de 2014. Facebook: Gabinete Técnico de Reversão Urbana do Cazenega. Disponível em: <https://www.facebook.com/GTRUCS/posts/aprovado-o-plano-directos-geral-cazengasambizanga-rangel-pdgcsrapresentado-ofic/854464164578704/>. Acesso em: 6 fevereiro de 2021

GAMEIRO, A. **Programa de Habitação Social em Angola**, 2015. 80 slides. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/programa-dehabitao-social-em-angola>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020

Governo Provincial de Angola [et al.] - **Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDG-ML), Anexo Técnico T5: Ambiente, Habitação, Social, Património, Sustentabilidade, Envolvimento da Comunidade**. 444 páginas. Disponível no Arquivo Documental do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola. Luanda, Angola. 2015

GOVERNO GERAL DE ANGOLA. **Carta de Luanda**, 1861. Cartoteca - Registo B/18 cat. 726. 1861. Sociedade de Geografia de Lisboa.

GOODWIN, P. *Urban Africa: Office/MA, Urbanismo Negro*. **BUALA**, mai., 2011. Disponível em: www.buala.org/pt/cidade/urban-africa-officema-urbanismo-negro. Buala. Arquivo consultado em 4 mai. 2022.

LAMAS, J. M. R. G., **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LENET, E.. **A luta pelo direito à moradia: a associação « Droit au Logement » (direito à moradia)**. 2006. dialogues, propositions, histoires pour une citoyenneté mondiale. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/fr/fiches/dph/fiche-dph-6915.html>. Acesso em: 3 de março de 2021

MARQUES, C. A.. **Urbanismo Africano Pré-Colonial - A paisagem como conceito de cidade**, s/d. Revista Belas Artes. MARQUES DA SILVA, E., **Impactos da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola**. Lisboa: ISCTE, Centro de Estudos Africanos, 2003.

MENDES, R. P. **A Cidade Colonial do estado Novo e a Estruturação do território ultramarino - Primeiras Abordagens**, Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia 6 a 9 de outubro 2010, Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto) ISBN 978-972-99436-5-2 (APG); 978-972-8932-92-3 (UP-FL). Disponível em: https://www.academia.edu/8193742/A_Cidade_Colonial_do_Estado_Novo_e_a_Estrutura%C3%A7%C3%A3o_do_Territ%C3%B3rio_Ultramarino. Acesso em: 12 de Junho 2021

MENESES, M. P., O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais". **e-cadernos CES**, vol. 7, p. 68-93, 2010.

MILHEIRO, A. V. O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 4, n. 2, p. 215-232, jul./dez. 201. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/ZR5BhzSm6h4wMpTtfl4zTyw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2 de março de 2021

MINGAS, Â. **Centro Histórico da Cidade de Luanda : História, Caracterização e Estratégias de Intervenção para a Salvaguarda**. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Lusíada. Lisboa, 2011.

MUDIMBE, V. Y. **The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and The Order of Knowledge**. Bloomington e Indianapolis: INDIANA UNIVERSITY PRESS; Londres: JAMES CURREY, 1988.

NETO, M. da C. De Escravos a "Serviçais", de "Serviçais" a "Contratados": Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. **Cadernos de Estudos Africanos**, 33, 2017. Disponível em <https://journals.openedition.org/cea/2206>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021

NETO, S. G. D.. **Do Minho ao Mandovi um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos**, 2013. Tese (Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos, História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

OLIVEIRA, V. Donas, pretas livres e escravas em Luanda (Séc. XIX). **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 44, n. 3, pp. 447-456, 2018.

PEPETELA. **Luandando**. Porto : ELF Aquitaine. 1990.

PIETERSE, E. Rethinking African urbanism from the slum. **Cities, Health and Well-Being | HONG KONG**, 2011. Disponível. https://lsecities.net/wp-content/uploads/2011/11/2011_chw_5060_Pieterse.pdf. Arquivo consultado em 4 mai. 2022.

REAL, J. D. F. T. **The Musseques Of Luanda - Housing In Angola. A New Neighbourhood "Golfe I" 1972 a 1981**. ÓBIDOS: Sinapss Editores. 2011

RODRIGUES, C. U. **Recomposição social e urbanização em Luanda**. 2003. CEA - Centro de Estudos Africanos, ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego. 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/1934252/Recomposi%C3%A7%C3%A3o_social_e_urbaniza%C3%A7%C3%A3o_em_Luanda. Acesso em: 25 de maio de 2021

ROCHA, J. M. Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial. **Ler História**, vol. 74, p. 213-238, 2019.

SEIXAS, M. Escravos e Libertos no Boletim Oficial de Angola (1845-1875) II Parte. **E-Revista de Estudos Interculturais do CEI - ISCAP**, vol. 3, p. 1-33, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/31297371/ESCRAVOS_E_LIBERTOS_NO_BOLETIM_OFICIAL_DE_ANGOLA_1845-1875_II_PARTE. Arquivo consultado em 4 mai. 2022.

SGL. **Carta de Luanda, 1861**. Registo B/18 cat. 726. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1861.

SILVA, A. D. **Adriano Moreira e as reformas de 1961**. Malomil, 2017. Disponível em: <http://malomil.blogspot.com/2017/02/adriano-moreira-e-as-reformas-de1961.html>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021

SILVA, E. M. da. Impactos da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola. **Occasional Paper Series nr. 8**, CEA - Centro de Estudos Africanos, ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego. 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38680232.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2021

TROUFA REAL, J. D. **The Musseques Of Luanda - Housing In Angola. A New Neighbourhood "Golfe I" 1972 a 1981**. Óbidos: Sinapss Editores, 2010.

VENNETIER, P. **Les Villes d'Afrique Tropicale**. Elsevier Masson. Paris: 1991.

VIEGAS, S. **Luanda, Cidade (Im)Previsível? Governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências no novo milénio**. Tese de Doutoramento em Arquitetura, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2015.

VIEIRA DA COSTA, V. **Luanda: plano para a Cidade Satélite n3, concurso para obtenção de diploma de arquitecto**. Porto/Luanda: Escola Superior de Belas Artes do Porto/Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola, 1984.

Notas

1 (Nota dos editores [N.E.]): este artigo foi escrito no português de Angola. Os editores decidiram acolher neste dossiê as múltiplas grafias da língua portuguesa, conforme é escrita em cada um dos lusófonos.

2 Angola é um país africano, da região austral, com um território de 1 246 700 km², uma costa marítima de 1.650 km de norte a sul, quatro regiões climáticas entre o tropical e o desértico. Integram a sua população originária nove nações bantu nomeadamente; Ovambo, Gangela, Bakongo, Ambundo, Ovimbundo, Chokwe, Nyaneca-Humbe, Xindonga e Herero e núcleos isolados do povo Khoisan.

3 “Embora no séc. XVII o surto urbano colonial, tivesse maior incidência numa estreita faixa costeira, pode constatar-se pelos exemplos citados, que não se limitaram apenas à criação de novos núcleos. Verificou-se que com o avanço em direção às feiras do interior, ao longo de vias de penetração militar e comerciais que desde então se foram estruturando em resultado de uma parceria entre portugueses e africanos. O campo de ação do tráfico foi atingindo gradualmente regiões cada vez mais distantes do litoral, ao mesmo tempo que tornou necessária a criação de núcleos urbanos que apoiassem o controlo direto das rotas e o abastecimento das caravanas africanas que desciam até ao litoral” (FREUDENTHAL et al., 2013, p. 19).

4 A rede urbana gerada com o tráfico de escravos era constituída por Massangano (1583), Cambambe (1602), Ambaca (1614), Dondo (1625), Cassanje (1625), Golungo (1658) e Pungo Andongo (1671), a norte do Kwanza, e os de Muxima (1589), Benguela Velha (1587), Benguela (1617) e Caconda Velha (1680). Estava inscrita entre Luanda, Benguela, Caconda e Pungo Andongo, com um impacto territorial de aproximadamente 100.000Km², superior ao território português.

5 Doutrina sobre a colonização das colónias portuguesas, particularmente em Angola, atribuída ao General José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867 - 1955) que foi Governador da Colónia de Angola entre 1912 - 1915 e, posteriormente, Alto Comissário entre 1921 - 1923.

6 A cotação no mercado de escravos dependia das qualificações dos mesmos, a título de exemplo, “no ano de 1862, Maria, uma escrava altamente qualificada que pertencia a Joaquim Luiz Pinto de Andrade, foi resgatada pela Junta Protetora de Escravos e Libertos pelo valor de 100.000 réis. O alto preço pago por Maria indica como a aprendizagem de um ofício podia agregar valor ao escravo” (OLIVEIRA, 2018).



7 No século XX, a administração colonial executou quatro censos: 1940 (3.738.010 hab.), 1950 (4.145.266 hab.), 1960 (4.840.719 hab.) e 1970 (5.673.064 hab.) (ANTUNES, 2014).

8 Terminologia constante na Carta de Luanda, 1861. Registo B/18 cat. 726, Sociedade de Geografia de Lisboa.

9 Primeira edição ao abrigo do Diploma n.º 2799, de 9 de Maio de 1956 e a segunda edição no ano de 1957.

10 O Gabinete de Urbanização de Luanda, integrado na estrutura da Câmara Municipal de Luanda, foi criado em 1959 após a extinção do Gabinete de Urbanização do Ultramar (1951-1957), sendo que este substituiu o Gabinete de Urbanização Colonial (1945-1951).

11 O processo de “limpeza urbana” é notório quando se comparam a planta de 1862 com a de 1900 percebendo-se todas as alterações feitas sendo notória os vazios, espaços obsoletos e outros que descaracterizam o espaço urbano.

12 Vide Artigo 6º, Capítulo Único, Título II ‘Dos cidadãos Portugueses’, Constituição Política da Monarquia Portuguesa, Diário do Governo, de 24 de Abril de 1838, n.º 98

13 A perspectiva de eliminação, numa visão estatal, pode ser analisada em: “Como garantir habitação digna a toda a população? R- O programa do Governo prevê a entrega e venda à população de habitação condigna, com água, luz e saneamento básico. A primeira fase para retirar pessoas dos musseques onde vivem sem essas condições, acaba em 2012, mas não podemos ter esse ano como término, porque estamos sempre a crescer, porque cada vez mais precisamos de habitação. O nosso objectivo é acabar com os musseques. Até 2012, queremos ter um milhão de habitações, mas o nosso défice habitacional ronda os dois milhões. Estes são os dados de hoje. Mas amanhã a população aumenta e temos de continuar o programa. Estamos a trabalhar nos planos directores que vão dar-nos a orientação do crescimento das várias cidades. Estamos trabalhar para que até o final do ano todas as províncias, principalmente as capitais, tenham os seus planos directores realizados” (FERREIRA,2010).

14 Plano Director Geral de Luanda (PDGL) ou Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML), nome comercial, é um Plano Urbanístico aprovado pelo Despacho Presidencial n.º 37/18, de 2 de Abril (DR.2018), cuja coordenação e implementação são da responsabilidade do titular da pasta do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH) coadjuvado pelo titular do Governo da Província de Luanda (GPL) e assistido tecnicamente pela URBINVEST.

15 É importante reconhecer que, embora este artigo procure abordar o urbanismo africano, a literatura de apoio é restrita a alguns autores africanos e também da diáspora mas com um foco africano no seu trabalho. Este aspecto condiciona o facto de até que ponto é possível falar ou não, de forma abrangente, de um urbanismo africano embora as cidades africanas partilhem elementos comuns entre si.

16 Droit Au Logement é uma associação de luta colectiva em defesa dos moradores em situação precária e dos moradores em situação de rua, criada em maio de 1990, em consequência da expulsão de 48 famílias, a maioria crianças, que moravam em dois prédios ocupados no vigésimo distrito de Paris. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/fr/fiches/dph/fiche-dph-6915.html>. Acesso em: 30 maio 2022.

